

## Seminário de Filosofia Analítica

24 de Outubro de 2003

### *Estará a Barba de Platão mesmo Emaranhada? (Esboço)*

João Branquinho

**Sumário:** Esta comunicação é uma reacção crítica à reacção crítica de Willard Quine contra uma velha doutrina metafísica alegadamente obscura por ele ironicamente baptizada de **A Barba de Platão** (daqui em diante, a **Barba**). A Barba é a doutrina de que o não ser tem de ser; caso contrário, argumenta-se, não se poderia sequer dizer dele aquilo que se tem obviamente de ser capaz de dizer dele: que não é. Barbas longas e não aparadas com séculos de existência, como parece ser o caso desta, tendem naturalmente a emaranhar-se. Quine acha que a Barba é irremediavelmente obscura, que não há qualquer maneira de a desemaranhar. Nós, pela nossa parte, achamos que há duas maneiras de a desemaranhar. Ambas não são em princípio completamente não razoáveis; todavia, achamos que uma delas acaba por ser melhor do que a outra.

#### 0. Objectivos e Estrutura

- **Objectivos**
- **Objectivo Central:** examinar a doutrina e os argumentos subjacentes à Barba e chegar à conclusão de que é possível subscrever simultaneamente as seguintes duas teses a seu respeito (a presunção corrente é a de que tais teses são inconsistentes)
  - Há uma versão plausível da Barba, a qual se aplica a um número pequeno mas significativo de casos de predicções singulares de não-existência. Um papel crucial é desempenhado nessa versão pela tese da rigidez obstinada de nomes próprios e de outros termos singulares genuínos
  - Tal versão é compatível com a tese de que tudo existe e logo com uma rejeição do Meinongianismo, aqui definido como a doutrina de que há coisas que não existem

- **Subsidiariamente**, discutimos e rejeitamos alguns dos argumentos aduzidos por Quine contra a Barba e consideramos ainda uma solução neo-Meinongiana para o problema das predicções de não-existência, a qual é inspirada no trabalho de Terence Parsons e outros.
- **Estrutura**
- Esta comunicação divide-se em **quatro partes**
  - Na Parte 1, *A Barba*, introduzimos com algum detalhe a Barba e o argumento que a suporta
  - Na Parte 2, *Quine contra a Barba*, discutimos criticamente o ataque desencadeado por Quine contra a Barba no seu ensaio ‘On What There Is’
  - Na Parte 3, *A Barba Meinongiana*, exploramos as ideias básicas de uma versão neo-meinongiana possível e *prima facie* coerente da Barba, uma versão que surpreendentemente adopta duas ideias do “inimigo”: a teoria das descrições de Russell e o descritivismo acerca de nomes e outros termos singulares simples
  - Na Parte 4, *A Barba Obstínada*, propomos uma versão da Barba que tem a virtude algo inesperada de não estar necessariamente comprometida com a admissão de coisas inexistentes. Fazemos uso para o efeito de algumas ideias básicas da semântica bi-dimensional

### **Parte 1: A Barba**

- Vamos distinguir da seguinte maneira entre a doutrina da Barba e o argumento que suporta a doutrina
- A **doutrina** da Barba é a de que o não ser de alguma maneira é; de um modo talvez menos oracular, a doutrina é a de que há coisas que de alguma maneira, ou num certo sentido, não são. Naturalmente, a caridade obriga a que a doutrina seja tornada distinta da doutrina claramente auto-contraditória de que há coisas tais que não há dessas coisas; e isso pode ser feito através de precisões apropriadas das expressões ‘de alguma maneira’, ‘num certo sentido’ (como veremos daqui a pouco)
- Alegados **exemplos** de putativas coisas daquelas são os seguintes: Pégaso, o mítico cavalo alado montado por Belerofonte; a Fonte da Juventude;

Vulcão, o inexistente décimo planeta do sistema solar; a Montanha Dourada; aquele oásis, uma miragem de alguém sedento a caminhar no deserto profundo; *Ninguém*, a pessoa meramente possível que teria resultado se um certo espermatozóide tivesse fecundado um certo óvulo; unicórnios; mamíferos voadores que respiram debaixo de água; quadrados redondos; e mais outras quimeras e ainda mais outras não quimeras (se forem algo, Vulcão e *Ninguém* são certamente não quimeras!).

- Eis agora o **argumento** que suporta a Barba, tomado na **variante *reductio ad absurdum***. Suponhamos que o não ser não é, que não há o não ser. Suponhamos, por exemplo, que Pégaso não é, que não há Pégaso. (Esta parece uma suposição razoável, não parece? Atenção: objectar que há Pégaso porque ele está “na nossa cabeça” é batota, para além de ser irrelevante!) Ora aquilo que não é, ou que não há, a fortiori também não existe. (Isto é o caso mesmo que queiramos de algum modo distinguir entre ser ou haver, de um lado, e existir, do outro.) Assim, que Pégaso não existe é uma afirmação verdadeira, um caso particular da inexistência do não ser. Mas esta ser uma afirmação verdadeira exige por sua vez que **haja algo**, o alado cavalo, do qual estejamos falar e ao qual estejamos a negar existência. Logo, se o não ser não é, se não há o não ser, então o não ser é, há o não ser, donde se segue por lógica elementar que o não ser é, que Pégaso é, que há Pégaso.
- E eis o **argumento** que suporta a Barba tomado na **variante *modus ponens*** (mais ou menos), aquela na qual nos vamos concentrar:
  - **Premissa 1:** Uma condição necessária para uma afirmação singular de não-existência, uma frase da forma **t não existe** (**t** é um termo singular) ser verdadeira é haver algo que seja referido (designado, denotado) pelo seu sujeito gramatical **t** e que satisfaça o predicado ‘não existe’
  - **Premissa 2:** Há de facto afirmações singulares de não-existência que são verdadeiras
  - **Conclusão:** Há coisas que não existem. No modo oracular: o não ser (de algum modo) é
- Seguem-se algumas **observações sobre as premissas** deste argumento

- A **Premissa 2** parece ser indisputável. Todavia, há casos acerca dos quais há alguma controvérsia. Por exemplo, existem pontos de vista segundo os quais afirmações como ‘Sherlock Holmes não existe’, em que a posição de sujeito é ocupada por um termo ficcional, são consideradas como falsas. Peter van Inwagen, Kripke e outros defendem a ideia de que seres ficcionais como Holmes não só são como também existem (a propósito, nesses pontos de vista estas coisas, ser e existir, não são distinguidas).
- Em todo o caso, ignoramos para já estas complicações e introduzimos a seguir uma lista generosa de **candidatas a predicacões singulares de não-existência** que poderíamos estar inclinados a contar como verdadeiras. Note-se, de novo, que “existir na cabeça” não é o sentido relevante de existir, pois trivializaria o problema da não existência tornando trivialmente falsas todas as predicacões de não-existência.
- As predicacões de não-existência abaixo listadas **diferem bastante entre si**. Por um lado, os putativos objectos aos quais elas aludem são de géneros diferentes: objectos ficcionais, possibilis, objectos alucinados, objectos actuais, objectos passados, objectos futuros; por outro, os termos singulares empregues variam de categoria para categoria: nomes próprios, indexicais, descrições definidas singulares.
- Cá está a prometida **lista**
  - (1) **Pégaso não existe**
  - (2) **Aquele oásis não existe**
  - (3) ***Ninguém* não existe**
  - (4) **O décimo planeta do sistema solar não existe**
  - (5) **O abominável homem das neves não existe**
  - (6) **Sócrates não existe (agora)**
  - (7) **Durão Barroso não existia (em 1917)**
  - (8) **Durão Barroso não existirá (em 2100)**
  - (9) **Sally não existe (agora)**
  - (10) **Durão Barroso não existe (numa situação possível na qual os gâmetas que de facto o originaram não se chegaram a unir)**
  - (11) **O mamífero voador que respira debaixo de água não existe**

- **Observe-se o seguinte** a respeito desta lista: **(a)** o nome ‘*Ninguém*’ (não, não é um quantificador!) deve ser entendido no sentido anterior, como um putativo nome de uma alegada pessoa meramente possível, com a sua referência fixada através de uma descrição definida como ‘A pessoa que teria resultado da fecundação do óvulo **o** pelo espermatozóide **e**’ (supomos que **e** e **o** existem de facto mas o segundo nunca chegou a fecundar o primeiro); **(b)** o demonstrativo ‘Aquele oásis’ deve ser entendido no contexto de uso anteriormente indicado, associado a uma alucinação visual; **(c)** ‘Sally’ é um putativo nome de uma alegada pessoa futura, um nome cuja referência é fixada através de uma descrição definida como ‘A primeira pessoa do sexo feminino a nascer no século XXII’ (supomos que a condição é satisfeita por uma e uma só pessoa); **(d)** excepto nos casos em que tal é explicitamente indicado (entre parêntesis), o predicado complexo ‘não existe’ deve ser entendido intemporalmente, no sentido de se aplicar a uma coisa **x** se e só se **x** nunca existiu, **x** não existe agora e **x** nunca virá a existir.
- A **Premissa 1** é o calcanhar de Aquiles da Barba e do argumento que a suporta (embora barbas e argumentos dificilmente tenham calcanhares). Parece ser a ideia responsável pela condição aparentemente emaranhada da Barba: para podermos dizer com verdade de tal e tal que não é, ou que não existe, tem de haver esse tal e tal, tem de haver algo do qual estejamos a falar, tem de haver um sujeito para a predicação de não-existência, algo que é referido pelo seu sujeito gramatical
- Já voltaremos a esta Premissa. Para já, observamos que ela é suportada pela seguinte **suposição geral** acerca da forma lógica de predicções singulares de não-existência.
- **Suposição 1\*: Predicações singulares de não-existência – ou seja, frases da forma t não existe – são, ao nível da sua forma lógica, exactamente aquilo que parecem ser: predicções monádicas negativas de 1ª ordem** Ou seja, elas consistem em suplementar o complemento relativo de um predicado monádico de 1ª ordem, o predicado ‘existe’, com um termo singular, **t**; ou, equivalentemente, em aplicar o operador frásico de negação ao resultado de suplementar o predicado monádico de 1ª ordem ‘existe’ com um termo singular, **t**.

- Esta **suposição preconiza** assim o seguinte. Frases como

(1) **Pégaso não existe**

(4) **O décimo planeta do sistema solar não existe**

devem ser tratadas como tendo a mesma forma lógica do que frases, mais comuns e também verdadeiras, como

(12) **O Letras não voa**

(13) **A mascote da FLUL não voa**

(A propósito, o Letras é a mascote da FLUL, o gato que costuma estar à entrada deste edifício.) Nestas últimas frases, nega-se de um animal particular que ele seja capaz de voar. O mesmo sucede, alega-se, nas primeiras frases. Nestas nega-se de um ser particular, Pégaso, que ele exista, ou de um corpo celeste particular, Vulcão, que ele exista.

- De acordo com a **semântica usual** para predicacões deste género, uma dessas frases é verdadeira só se há algo que é referido pelo termo singular na posição de sujeito e o predicado da frase não se lhe aplica. Dada a **Suposição 1\*** e este género de semântica, obtemos a **Premissa 1** do argumento para a Barba.
- Há **duas ideias importantes** associadas à **Suposição 1\***, a suposição de que predicacões singulares de não-existência são predicacões monádicas negativas de 1ª ordem
- A **primeira** é constitutiva da suposição e consiste na ideia de que o predicado gramatical ‘existe’ deve ser tratado, nos contextos sob consideração, como aquilo que parece ser: um predicado de 1ª ordem, um predicado aplicável a indivíduos
- Esta ideia é habitualmente vista como **antagónica** a uma velha ideia da antiga ortodoxia lógica: a ideia – defendida por Frege, Russell, Quine e outros – de que o nosso idioma da existência (‘existe’, ‘há’, etc.) é inteiramente captável por meio do quantificador existencial objectual  $\exists$  da lógica clássica. Existir ou ser (não há qualquer diferença) é ser um valor de uma variável quantificada existencialmente
- Todavia, o **antagonismo não é assim tão claro**. De facto, podemos bem representar da seguinte maneira ocorrências do verbo ‘existir’ em predicacões singulares de existência e de não existência, **t existe** e **t não existe**, através do quantificador existencial:  $\exists x t=x$  e  $\neg \exists x t=x$  (respectivamente). Ora, este

predicado de existência, o predicado ‘é idêntico a algo’, é seguramente um predicado monádico de 1ª ordem (supondo que o domínio de quantificação é um domínio de indivíduos). O facto de se tratar de um predicado lógico, um predicado verdadeiro de tudo, não faz com que não seja um predicado desse género

- No entanto, esta opção **não parece estar disponível** no contexto do argumento subjacente à Barba. A conclusão do argumento, há coisas que não existem, resultaria patentemente auto-contraditória se a opção fosse seguida. Ficariamos com  $\$x \rightarrow \$y \ x=y$ : Há coisas que não são nada. Por conseguinte, o predicado de existência relevante para a Barba tem de ser um predicado extra-lógico primitivo de 1ª ordem, representável no simbolismo por meio de uma constante predicativa (por exemplo, a letra **E**). Aquela conclusão representaria-se como  $\$x \rightarrow \mathbf{E}x$ , a qual já não é auto-contraditória e se segue por generalização existencial de  $\neg \mathbf{E}t$  (como é de esperar na Barba)
- A **segunda ideia** pressuposta pela **Suposição 1\*** diz respeito não aos predicados mas aos sujeitos das predicacões de não-existência. Trata-se da tese de que os sujeitos gramaticais dessas predicacões devem ser vistos como sujeitos lógicos; por outras palavras, os termos singulares que ocupam nessas predicacões a posição de sujeito gramatical devem ser tratados como termos singulares genuínos, cuja função primária é a de nomear algo. Em particular, tais termos singulares não são analisáveis em termos de outras categorias de expressões (por exemplo, predicados). Esta segunda ideia, complementada com a primeira, é necessária para pôr de pé a **Suposição 1\***, a contenção de que aquilo que á superfície são predicacões singulares de não-existência são na realidade predicacões **singulares** de não-existência
- É fácil ver **com que género de ideias é esta segunda ideia inconsistente**, em que bases é que ela poderia ser rejeitada.
- Relativamente a predicacões como (4), (5) e (11), cujos sujeitos gramaticais são descrições definidas singulares, a segunda ideia é claramente inconsistente com a **teoria das descrições definidas de Russell**. Nesta teoria, termos singulares descritivos não são sujeitos lógicos, termos singulares genuínos. Predicacões que parecem ser singulares, predicacões nas quais tais termos ocorram como sujeitos gramaticais, não são na realidade singulares. São

analisáveis em termos de determinadas predicções gerais, quantificadas, nas quais esses termos já não ocorrem. Muito grosseiramente, esta teoria, combinada com o tratamento ortodoxo do verbo ‘existir’ anteriormente mencionado, dá origem ao seguinte género de análise de uma predicção de não-existência como (4):

**(4)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa tal que essa coisa é um décimo planeta do sistema solar**

- E relativamente às **outras predicções de não-existência** na nossa lista, aquelas cujos termos-sujeito são nomes próprios ou indexicais? Relativamente a estas, a nossa segunda ideia é inconsistente com a conjunção das seguintes duas teses: (a) a já mencionada teoria das descrições de Russell; (b) o **descriptivismo** acerca de nomes e indexicais, a tese de que nomes e indexicais são analisáveis em termos de, ou são simples abreviaturas de, determinadas descrições definidas singulares. Juntar as duas teses significa assim o seguinte: primeiro, tratar nomes e indexicais como descrições; depois, eliminar estas de acordo com a teoria de Russell. O resultado é o seguinte: tudo aquilo que parece ser uma predicção singular vira, sob análise, uma predicção geral. Em particular, e muito grosseiramente, uma predicção como (1) é analisável da seguinte maneira à luz da conjunção de teses mencionada (combinada com o tratamento ortodoxo do verbo ‘existir’):

**(1)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa tal que essa coisa é um cavalo com asas montado por Belerofonte**

(O purismo generalista exigiria ainda que o nome ‘Belerofonte’ fosse por sua vez eliminado de (1)\*.)

## **Parte 2. *Quine contra a Barba***

- Em ‘On What There Is’ **Quine** desencadeia um **ataque avassalador contra a Barba**, um ataque que segue em essência o ataque desencadeado anteriormente por Russell contra as posições metafísicas de Alexius Meinong.
- Quine desenvolve dois géneros de argumentos contra a Barba: argumentos **directos**, nos quais são directamente disputadas diversas premissas e suposições subjacentes ao argumento para a Barba (é fácil, pelo que acabou de ser exposto,

ver quais são); argumentos **indirectos**, argumentos que visam reduzir à incoerência a ideia central da Barba, a ideia de um objecto que não existe.

- Tomemos primeiro **os segundos argumentos**
- Suponhamos, para fins de discussão, que o argumento para a Barba acima delineado estabelece a necessidade de admitir objectos não existentes. A pergunta imediata que é natural colocar ao proponente da Barba é uma pergunta acerca da **identidade e natureza de tais objectos**, de que género de objectos se trata. Esta pergunta é natural porque não é de todo admissível, nem para o proponente da Barba, que tais objectos possam vir a ser encontrados algures, num certo local, numa determinada ocasião
- Quine considera e rejeita **duas respostas possíveis** a essa pergunta, querendo assim desacreditar os alegados objectos postulados pela Barba e obter uma rejeição indirecta da doutrina
- A **primeira resposta** é atribuída a quem quer que seja – Quine chama-lhe ‘**McX**’ – que defenda a tese de que objectos não existentes em geral, e objectos ficcionais em particular, são entidades cuja natureza é eminentemente **mental**. Unicórnios, cavalos alados, Pégaso e Holmes são considerados como ideias, representações, ou imagens localizadas nas mentes das pessoas. McX é assim um mentalista acerca do não existente em particular e da ficção em particular.
- Há **dois problemas** com esta proposta mentalista acerca da natureza dos alegados objectos não existentes
- **Primeiro**, há um problema de **univocidade**. Não é crível que haja uma e uma só representação mental de Pégaso ou de um unicórnio, a qual seja constante de mente individual para mente individual. É razoável pensar que tais representações variem enormemente de pessoa para pessoa, de mente para mente. No entanto, a univocidade teria que ser claramente assumida por McX. Senão vejamos. Suponhamos que McX e Quine têm uma disputa ontológica acerca de Pégaso, aquele dizendo que Pégaso é e este dizendo que Pégaso não é. Suponhamos que queremos descrever esta disputa do ponto de vista de McX, vendo-a com os seus olhos. Queremos dizer que McX está certo e que Quine está errado. Ora, não o podemos fazer se a representação de Pégaso na mente de Quine diferir da representação de Pégaso na mente de McX: para que as afirmações sejam

mutuamente inconsistentes, é preciso que elas sejam acerca de uma e da mesma coisa

- **Em segundo lugar**, mesmo concedendo a univocidade das representações mentais, há uma **dificuldade mais séria** para o mentalismo de McX. Este colide com o facto de que, quando habitualmente dizemos que Pégaso não existe, não é acerca de uma representação mental que estamos a falar. Claramente, quando habitualmente dizemos que o Parthenon está em Atenas, não é acerca de uma representação mental que estamos a falar: uma coisa é o Parthenon, outra coisa é uma representação ou imagem mental do Parthenon. No caso de objectos existentes, é óbvio que não se pode confundir um objecto com uma sua representação na mente. No caso de alegados objectos não existentes, na ausência de uma coisa física representada, a confusão já é possível, mas não deixa de ser uma confusão. (Para além disso, há um sentido no qual é perfeitamente aceitável dizer de imagens mentais que elas de facto existem, por exemplo do ponto de vista da psicologia cognitiva. Todavia, se assim for, não podemos de todo identificar objectos não existentes com imagens mentais. Uma afirmação como Pégaso não existe, se for tomada como sendo acerca de uma imagem mental, poderia assim acabar por ser falsa e não verdadeira.)
- Julgamos que a **crítica de Quine** à versão mentalista dos objectos ficcionais é em geral **convicente**. Mas isso só mostra que, do ponto de vista de um adepto da Barba, é errado tratar objectos não existentes como items mentais. Se no caso de objectos ficcionais, a proposta não é de todo disparatada, é-o sem dúvida no caso de coisas como Vulcão, *Ninguém* e Sally
- A **segunda resposta** considerada por Quine é atribuída a quem quer que seja – Quine chama-lhe ‘**Wyman**’ – que defenda a tese de que objectos não existentes em geral, e objectos ficcionais em particular, são meros *possibilia*. Meros *possibilia* são objectos que de facto não existem, mas que poderiam ter existido. O décimo planeta, o abominável homem, Pégaso e *Ninguém* são exemplos de objectos meramente possíveis. Na realidade, não existem unicórnios; mas poderiam ter existido se as circunstâncias tivessem sido outras. Na realidade, *Ninguém* não existe; mas poderia ter existido se as circunstâncias tivessem sido outras. Wyman restringe aquilo que existe àquilo que é actual ou real, àquilo que é susceptível de uma localização em alguma região do espaço-tempo (ele usa o

predicado de existência só para essas coisas); mas o domínio mais vasto do ser, de tudo aquilo que há, inclui não apenas aquilo que existe ou é actual, e logo é possível, mas ainda aquilo que actualmente não existe mas poderia ter existido, ou seja, aquilo que é meramente possível. Wyman distingue assim ser e existir: objectos ficcionais, entre outros objectos, são objectos que são, objectos que subsistem; mas trata-se de objectos que não existem. (A propósito, segundo Parsons, Quine está aludir ao filósofo austríaco Meinong com o seu personagem Wyman.)

- Para benefício da discussão, Quine concede a Wyman a distinção acabada de fazer entre ser e existir. **Quatro objecções** são depois erguidas contra o modalismo de Wyman
- **Primeiro**, Quine protesta com base em considerações de ordem **estética**. Um universo austero, povoado com poucas coisas (ou melhor, com poucos géneros de coisas), é esteticamente preferível a um universo abundante, povoado com muitas coisas (ou melhor, com muitos géneros de coisas)
- No entanto, objecções deste teor **não são convincentes**. Considerações de ordem estética não são propriamente razões, argumentos. Pode-se naturalmente chegar à conclusão que o universo alegadamente sobrepovoado de Wyman é de facto sobrepovoado, que tem de facto coisas a mais; mas as preferências de carácter estético são totalmente irrelevantes para o efeito. Para além disso, há versões possíveis do ponto de vista Meinongiano onde certas restrições são introduzidas à admissão de entidades, onde nem tudo aquilo do qual parecemos estar a falar é uma coisa da qual estaejamos a falar, um objecto (em particular, nem toda a descrição definida denota uma coisa)
- **Em segundo lugar**, Quine argumenta com base no seu preceito geral de que **sem identidade não há entidade**. Este é o princípio de que só se pode introduzir entidades de um certo tipo se se tiver um procedimento para determinar quando é que entidades dadas desse tipo são idênticas e quando é que são distintas, quando é que há uma delas e quando é que há mais do que uma delas. Ora, alega-se, meros possibilita, como os homens gordos possíveis que estão naquela sala (suponhamos que na sala está de facto um único homem magro), não são governados por princípios de individuação desse tipo (não os podemos contar) e logo devem ser banidos da nossa ontologia

- Esta objecção de Quine está também **longe de ser convincente** por razões sobejamente conhecidas. Por um lado, a condição imposta para a admissão de entidades é demasiado severa: se ela fosse aplicada, seríamos obrigados a excluir da nossa ontologia objectos materiais como pessoas e artefactos (ou mesmo partes temporais de pessoas e de artefactos, coisas queridas a Quine). É sabido que estes não têm princípios de individuação do género exigido por Quine. Por outro lado, mesmo concedendo a Quine a objecção anterior, os casos de putativos possibilita por ele introduzidos são caricaturas, casos que se tornam em alvos fáceis de crítica. Com efeito, tal como sucede em muitas posições Meinongianas contemporâneas, Wyman não está de todo obrigado a tomar como meros possibilita, e muito menos como paradigmas de meros possibilita, os tais homens gordos possíveis considerados por Quine. Melhores candidatos para o efeito, discutidos em muita da literatura subsequente, são os seguintes: o nosso *Ninguém*, a tal pessoa que teria resultado da fertilização do óvulo **o** pelo espermatozóide **e**; e o barco miniatura que teria resultado se um dado conjunto de materiais fosse montado de acordo com dadas instruções (de novo, supõe-se que materiais e instruções estão actualmente disponíveis e que o modelo não foi até ao momento, nem virá a ser, construído). Estes são casos bem mais sérios de meros possibilita, de pessoas meramente possíveis e de artefactos meramente possíveis, casos em relação os quais não é de todo líquido que os problemas de individuação e univocidade levantados por Quine se possam colocar
- Todavia, **há que reconhecer o seguinte**. Se concentrarmos a nossa atenção em objectos ficcionais apenas, há de facto dificuldades de individuação, mas de outro género, dificuldades que foram identificadas por Kripke. Kripke argumenta que mesmo que, por mero acidente e sendo o facto inteiramente desconhecido de Conan Doyle, alguém de facto existente tivesse feito tudo aquilo que é atribuído a Holmes nas novelas e contos de Doyle, essa pessoa não seria Holmes. Este argumento, se correcto, parece lançar alguma suspeita sobre a concepção de objectos ficcionais como meros possibilita. Mas um adepto da Barba não está obrigado de todo a adoptar essa concepção. Ele pode, por exemplo, considerar objectos ficcionais como entidades abstractas, ao lado de números e conjuntos, entidades que não satisfazem o seu predicado extra-lógico de existência. Por outro lado, alguns dos objectos não-existentes postulados pela Barba são de facto meros

possibilita sem problemas sérios de contagem ou individuação (ou podem ser razoavelmente identificados com objectos desses); o argumento em direcção à Barba pode ainda correr em relação a esses não-existentes

- A **terceira objecção** erguida por Quine contra a doutrina modal de objectos não existentes atribuída por ele a Wyman provém da sua crítica geral à modalidade, especialmente à modalidade *de re*. Note-se que a introdução de um objecto como o nosso *Ninguém* pressupõe o emprego do idioma modal *de re* (utilizado na descrição que fixa a referência do nome). A modalidade *de re* é a modalidade tomada como aplicada às próprias coisas, a modalidade presente quando se diz, por exemplo, que os gatos são *necessariamente* felinos, ou que os gatos siameses são apenas *contingentemente* animais de estimação, ou que Fernando Pessoa é *possivelmente* uma truta. Quine acha que, na melhor das hipóteses, o idioma modal está em ordem quando as modalidades – a necessidade, a possibilidade, a contingência, etc. – são *de dicto*, quando elas são aplicadas a frases ou afirmações inteiras; este é o caso quando se diz, por exemplo, que é necessário que todos os objectos vermelhos sejam coloridos, ou quando se diz que é contingente que o número dos planetas do sistema solar seja ímpar. Pelo contrário, o idioma modal *de re*, com o qual Wyman está comprometido com o seu aparato de objectos meramente possíveis, é irremediavelmente incoerente para Quine
- Acerca desta objecção, basta observar que a **crítica de Quine à modalidade** em geral, e à modalidade *de re* em particular, tem sido considerada como **infundada** por muitos filósofos, o que fragiliza substancialmente a objecção (para dizer o mínimo)
- Finalmente, a **quarta objecção** quineana às posições de Wyman consiste na pretensão de que tais posições estão comprometidas com a admissão de **objectos contraditórios**, como por exemplo quadrados redondos. Note-se que Meinong admitia de facto, entre os seus objectos, impossibilita como quadrados redondos
- Em essência, a crítica de Quine em ‘On What There Is’ reproduz objecções já feitas por **Russell** a Meinong no seu ensaio ‘**On Denoting**’. O argumento relevante é o seguinte. Tal como, do ponto de vista de Wyman, do facto de uma frase como ‘Pégaso não existe’ ser verdadeira, e logo dotada de sentido, se segue que Pégaso é, que há Pégaso, também do facto de uma frase como ‘A cúpula quadrada redonda do Berkeley College não existe’ ser verdadeira, e logo dotada

de sentido, se segue que a cúpula quadrada redonda do Berkeley College é, que há a cúpula quadrada redonda do Berkeley College. Mas daqui segue-se por sua vez que há pelo menos uma coisa que é quadrada e redonda, ou seja, que há quadrados redondos. Estes objectos não são certamente objectos possíveis. São impossíveis: objectos que não só não existem, como não poderiam ter existido. O seguinte dilema é então colocado por Quine a Wyman: ou ele afirma contradições, ao admitir que há objectos quadrados e redondos, ou então é obrigado a argumentar que afinal a frase ‘A cúpula quadrada redonda do Berkeley College não existe’ é destituída de sentido, pois contém uma expressão contraditória (‘quadrado redondo’) e contradições são em geral destituídas de sentido. Quine alega que ambos os “chifres” do dilema são problemáticos

- O primeiro chifre é problemático por razões óbvias. O **segundo é problemático** porque a premissa de que contradições não têm sentido é inaceitável: se fosse correcta, o método de demonstração por redução ao absurdo, no qual se deduzem contradições de premissas dadas com vista a refutar estas últimas, teria de ser considerado ele próprio como destituído de sentido, o que é absurdo. (Quine utiliza ainda outro argumento para o efeito. Ele objecta que se contradições fossem destituídas de sentido, então não haveria um teste universal para determinar aquilo que é dotado ou destituído de sentido, pois não há um teste universal para aquilo que é ou não é uma contradição. Todavia, este argumento parece-nos falacioso, pois parece-nos ter a forma de uma negação da antecedente.)
- **O que é que podemos dizer desta quarta objecção** de Quine? Julgamos que ela **não é conclusiva**. Em particular, o dilema de Wyman é um falso dilema: ele pode evitá-lo. Como Parsons mostra, as objecções de Russell a Meinong, as quais são aqui reproduzidas por Quine, podem ser superadas. Ao admitirem que há quadrados redondos, Wyman ou Meinong não estão a afirmar contradições ou a admitir objectos contraditórios, apesar de estarem a admitir impossíveis. Há que distinguir entre objectos contraditórios e objectos impossíveis. Um objecto contraditório é um objecto que satisfaz uma condição da forma **x é F e não é o caso que x é F** (por exemplo **x é redondo e não é o caso que x é redondo**). Objectos contraditórios violam a lei da não contradição. Mas, para Meinong e Parsons, nenhum objecto, nem um objecto não existente, pode satisfazer esse género de condição. Aquilo que quadrados redondos satisfazem é a condição

diferente **x é Redondo x é Quadrado**, a qual não pode ser satisfeita por objectos existentes (e só por eles). Russell e Quine parecem usar no seu argumento o princípio geral **Para todo o x, se x é Quadrado então x é Não-Redondo**, em conjunção com **Para algum x, x é Quadrado e x é Redondo**, com vista a obter, primeiro, **Para algum x, x é Redondo e x é Não-Redondo**, e, depois, **Para algum x, x é Redondo e Não é o caso que x é Redondo**. Todavia, Meinong e Parsons podem sempre restringir a aplicação daquele princípio geral a objectos reais ou existentes, não servindo assim o quadrado redondo como valor da variável 'x' e sendo assim aquela inferência bloqueada. Por conseguinte, Wyman não está necessariamente comprometido com objectos contraditórios, apenas com objectos impossíveis; mas estes só se tornam chocantes se forem entendidos como objectos existentes, o que não deve ser o caso

- Consideremos agora os **argumentos directos** aduzidos por Quine contra a Barba. Eles consistem basicamente num ataque à **Premissa 1** do argumento que suporta a Barba, à tese de que se uma predicação singular de não-existência é verdadeira e dotada de sentido, então o seu termo-sujeito tem de nomear ou denotar algo. Esta tese é diagnosticada como um *non sequitur*: do facto de um termo singular ter sentido, do facto de uma frase na qual ele ocorra como sujeito gramatical ser verdadeira, não se segue que o termo denote ou nomeie. É esta, para Quine, a Falácia da Barba, o vício de raciocínio que gera a condição irremediavelmente emaranhada da Barba
- **Como é que o alegado *non sequitur* é exibido por Quine?** Basicamente através de uma rejeição liminar da suposição geral que anteriormente identificámos como suportando a **Premissa 1**, a contenção de que aquilo que à superfície são predicções singulares de não-existência são de facto predicções **singulares** de não-**existência**, bem como de uma rejeição liminar das duas ideias pressupostas por tal suposição: a ideia de que os sujeitos gramaticais dessas predicções são sujeitos lógicos e a ideia de que o predicado de existência aí presente é um predicado monádico extra-lógico de 1ª ordem.
- O **antídoto** preconizado por Quine para todas estas ideias erróneas geradoras da Falácia da Barba consiste na adopção cumulativa dos seguintes ingredientes teóricos já anteriormente identificados. (Este género de antídoto já tinha sido proposto, precisamente para o mesmo efeito, por Russell.)

- (a) a **teoria das descrições** de Russell
- (b) o tratamento **ortodoxo** do predicado de **existência**
- (c) a teoria **descriptivista** de nomes próprios e indexicais
- O **efeito do antítodo** é elegante e eficiente. Todas as aparentes predicções singulares de não-existência na nossa lista viram, após aplicação dos três ingredientes (em alguns casos bastam (a) e (b)), negações de determinadas quantificações existenciais complexas. Destas análises estão transparentemente ausentes quaisquer compromissos ontológicos com putativos objectos não-existentes, quer via sujeitos lógicos (estes já não ocorrem) quer via variáveis quantificadas (as negações de âmbito longo cancelam tais compromissos). Exemplos de aplicação do antítodo já foram dados. Eis mais dois exemplos, deliberadamente toscos e incompletos, o primeiro relativo à afirmação (3), ‘Ninguém não existe’, e o segundo relativo à afirmação (6), ‘Sócrates não existe (agora)’:

**(3)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só pessoa tal que essa pessoa resultou da fecundação do óvulo *o* pelo espermatozóide *e***

**(6)\* O seguinte não é presentemente o caso: há uma e uma só pessoa tal que essa pessoa foi um filósofo que ensinou Platão e corrompeu a juventude ateniense**

- A **solução** proposta por Russell e Quine para o chamado enigma da não-existência é elegante e sistemática. Mas será que **funciona**?
- Há **razões sólidas** para pensar que **não**. O problema com a solução não é a teoria das descrições de Russell, a qual goza de um relativo estado de graça nos tempos que correm. Nem sequer é aquilo que designámos como concepção ortodoxa da existência, a representação da existência por meio do quantificador existencial da lógica clássica, a qual tem pelo menos a vantagem de nos proporcionar um conceito bem-definido de existência. O problema é obviamente a teoria descriptivista de nomes próprios e indexicais. Esta é uma teoria bastante forte acerca do significado de nomes e indexicais, uma teoria que a partir dos anos 70 foi objecto de severos e sucessivos ataques desencadeados de forma relativamente independente por Kripke, Putnam, Donnellan, Kaplan e outros. Muita gente pensa que os argumentos aduzidos contra o descriptivismo, os quais são bem conhecidos e não cabe introduzir no presente contexto, são tais que a teoria dificilmente lhes pode sobreviver. (Nem mesmo a variedade específica de descriptivismo explorada

por Quine, na qual nomes como ‘Sócrates’ e ‘Pégaso’ são analisados em termos de descrições ad hoc como ‘O Socratizador’ e ‘A Coisa que Pegasa’, é imune a alguns desses argumentos.)

- O **fardo** colocado pelo ingrediente descritivista na crítica directa de Quine à Barba é **demasiado pesado**. O bom senso recomenda que não abandonemos a Barba com base nessa crítica. É certo que ficamos com uma Barba enfraquecida. Se aceitarmos os outros dois ingredientes do alegado antídoto quineano, a concepção ortodoxa da existência e a teoria das descrições, deixamos de poder fazer correr o argumento da Barba para o caso de predicacões de não-existência cujos sujeitos gramaticais são termos descritivos, predicacões como (4), (5) e (11). Mas uma Barba enfraquecida é ainda uma Barba. Ficamos ainda com o problema dos inúmeros casos de predicacões de não-existência cujos sujeitos gramaticais são nomes ou indexicais. Abandonado o descritivismo, estes são termos singulares genuínos, não analisáveis em termos do que quer que seja.
- A **Premissa 1** do argumento para a Barba parece então ser **plausível** em relação a essas predicacões, as quais são de facto predicacões **singulares** de não-existência. Como a função primária daqueles termos é nomear, a verdade dessas predicacões parece exigir que os termos em questão nomeiem. Mas então, dado o que é dito nas existenciais negativas, as coisas assim nomeadas só podem ser objectos não-existentes, num sentido de ‘existente’ que prima facie não pode ser o da concepção ortodoxa. Isto parece tornar credível a posição meinongiana, para a qual nos voltamos agora.

## **Parte 2: A Barba Meinongiana**

- Aos olhos de Russell, Quine e outros, a Barba de Platão é uma doutrina ontológica de tendência **inflacionista**. É-o porque nela se defende a necessidade de admitir sistematicamente, entre todas as coisas ou entidades que há, **todas** aquelas alegadas coisas ou entidades acerca das quais podemos dizer com verdade que não existem. Em particular, objectos ficcionais como cavalos alados, unicórnios, Sherlock Holmes, e o Abominável Homem das Neves devem ser incluídos nessa base no domínio do ser, daquilo que há, muito embora o predicado meinongiano de existência não lhes seja aplicável (grosso modo em virtude de não serem localizáveis no espaço-tempo)

- Esse **diagnóstico** é sem dúvida **correcto** com respeito a formulações tradicionais da Barba, nas quais tudo aquilo que parece ser um sujeito lógico é um sujeito lógico. Em particular, nessas versões toda a descrição definida singular é vista como denotando algo: temos que admitir objectos não-existentes como o quadrado redondo de modo a fazer com que predicacões verdadeiras de não-existência como ‘O quadrado redondo não existe’ sejam verdadeira. Esta característica da Barba tradicional torna-a numa doutrina argumentavelmente implausível, o que deixa em apuros o seu proponente meinongiano
- Mas será que é possível **deflacionar** de algum modo a **Barba** de modo a tornar o Meinongianismo mais aceitável (ou pelo menos um pouco mais aceitável)? Será que o Meinongianismo é compatível com a versão enfraquecida da Barba que atrás mencionámos, uma versão nitidamente menos inflacionista na qual, em especial, nem toda a descrição definida denota mas todo o termo singular genuíno nomeia? Por outras palavras, será que é possível tornar o Meinongianismo compatível com com um dos ingredientes cruciais da Anti-Barba quineana, a teoria das Descrições Definidas de Russell? E será que é possível torná-lo simultaneamente compatível com a rejeição de outro desses ingredientes, o descritivismo acerca de termos singulares não-descritivos? Julgamos que sim (apesar de Quine parecer algumas vezes estar a argumentar como se a mera adopção da teoria das descrições fosse suficiente para bloquear o Meinongianismo e a admissão de coisas não-existentes.) Vejamos
- Note-se que o **traço constitutivo** do Meinongianismo é a já mencionada **distinção entre ser e existir** (nem tudo o que existe é) e o associado tratamento anti-ortodoxo do predicado de existência como um predicado extra-lógico de 1ª ordem, sendo o quantificador existencial reservado para cobrir o domínio mais inclusivo do ser, de tudo aquilo que há. Ora, esse traço é coerentemente combinável com a aplicação da técnica de Russell para analisar frases que contêm descrições definidas na posição de sujeito. Suponhamos que um meinongiano não quer admitir como objectos coisas contraditórias como o quadrado que não é quadrado, ou mesmo coisas impossíveis como o quadrado redondo. Ele terá para isso de bloquear a inferência da Barba tradicional, a inferência que vai da verdade das predicacões de não-existência

**(14) O quadrado que não é quadrado não existe**

**(15) O quadrado redondo não existe**

para a conclusão de que há algo, o quadrado não quadrado ou o quadrado redondo, que os termos descritivos nomeiam

- Um **meinongiano moderado** pode fazê-lo da maneira que se segue, utilizando para o efeito a teoria das descrições de Russell apropriadamente harmonizada com uma utilização do seu predicado especial de existência. (14) e (15) são interpretadas praticamente do mesmo modo como Quine interpreta toda e qualquer aparente predicação singular de não-existência, ou seja, no sentido de negações externas do seguinte tipo:

**(14)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa que é um quadrado e não é um quadrado e existe**

**(15)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa que é um quadrado e é redonda e existe**

Como as quantificações existenciais negadas são falsas, pois o domínio da quantificação não contém por hipótese alegadas coisas daqueles géneros, (14) e (15) são verdadeiras; mas não o são porque há certos objectos que no entanto não existem

- Mas será que este tipo de manobra não **obrigará** o meinongiano moderado a adoptar a tese, um pouco anti-Meinongiana, de que o emprego de descrições definidas em existenciais negativas não tem nunca qualquer tipo de carga ontológica, não nos compromete nunca com objectos não-existentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Esses compromissos existem em muitos casos. A diferença é que os objectos não-existentes admitidos são-no, não enquanto coisas nomeadas, mas enquanto valores de variáveis quantificadas. Por outras palavras, o meinongiano poderia propor para uma afirmação existencial negativa como (11), ‘O mamífero voador que respira debaixo de água não existe’, a seguinte análise “Russelliana”:

**(11)\* Há uma e uma só coisa tal que essa coisa é um mamífero, voa, respira debaixo de água e não existe**

Em contraste com as negações externas ou frásicas usadas acima, o recurso aqui a negações internas ou predicativas tem o efeito de fazer com que os pretendidos objectos não-existentes tenham de estar entre os valores das variáveis

quantificadas existencialmente de modo a tornar verdadeiras as existenciais negativas

- O **meinongiano moderado** poderia certamente virar **descritivista** e aplicar o mesmo género de tratamento às outras categorias de predicções de não-existência, aquelas cujos sujeitos gramaticais são termos singulares não-descritivos (nomes, indexicais). Todavia, a escassa credibilidade do descritivismo não torna essa opção recomendável. Assim, o nosso meinongiano opta antes pelo anti-descritivismo e por fazer simplesmente correr o argumento da Barba relativamente a qualquer uma dessas predicções. Consequentemente, aquilo que designámos como versão enfraquecida da Barba é subscrita nessa posição. Tal versão é ainda combinada com uma teoria das descrições de Russell modificada de modo a acomodar o predicado meinongiano de existência
- Assim concebido, o **Meinongianismo não é completamente implausível**. Por um lado, dada a implausibilidade do descritivismo, parece ser uma posição que acomoda de forma elegante a verdade de existências negativas cujos termos-sujeito são ocupados por termos singulares genuínos. Por outro lado, dada a noção meinongiana de existência, a simples ideia de uma coisa não-existente não é imediatamente problemática. Para além das entidades aparentemente duvidosas que temos vindo a mencionar, coisas como *Ninguém* e Sherlock Holmes, há um lote de outros géneros de entidades que são (pelo menos algumas delas) bem menos duvidosas e que são contadas na teoria meinongiana como não-existentes: conjuntos, proposições, palavras, frases, números, romances, etc
- No entanto, a **noção de existência** invocada no Meinongianismo não é completamente clara e entra por vezes em conflito com o nosso idioma habitual de existência; como Quine dizia, tanto dizemos que há números primos como dizemos que existem números primos. Ou, se quisermos ser mais cautelosos, podemos pelo menos dizer que essa noção não é tão clara como a noção puramente lógica de existência proveniente daquilo a que chamámos a concepção ortodoxa; nesta noção existir e ser são uma e a mesma coisa: ser ou existir é ser um valor de uma variável quantificada (**x é ou x existe se e só se  $\exists y x=y$** )
- Isto leva-nos a nossa **próxima e última questão**. Será que é possível introduzir uma versão, ainda mais enfraquecida, da Barba de Platão na qual esta doutrina seja combinada com a concepção ortodoxa de existência?

### Parte 3: A *Barba* Obstinada

- Pensamos que **tal é possível e desejável**. Esboçamos a seguir um punhado de considerações breves nessa direcção
- Concentremos a nossa atenção num conjunto de **predicações singulares de não-existência** até agora ignoradas
  - (6) **Sócrates não existe (agora)**
  - (7) **Durão Barroso não existia (em 1917)**
  - (8) **Durão Barroso não existirá (em 2100)**
  - (9) **Sally não existe (agora)**
  - (10) **Durão Barroso não existe (numa situação possível na qual os gâmetas que de facto o originaram não se chegaram a unir)**
- Predicações destas são bastante **habituais**. A última envolve a modalidade, podendo ser reescrita no idioma modal como ‘Durão poderia não ter existido (se...)’, e as quatro primeiras envolvem o tempo
- Argumentamos a seguir que algo que está **muito próximo do argumento da Barba** é aplicável a algumas destas predicações. Argumentamos ainda que em tal aplicação a noção lógica de existência é utilizável sem qualquer problema e que não há assim qualquer compromisso com coisas não-existentes
- Para começar, notemos que uma das **características mais importantes da noção lógica** de existência consiste no facto de ela tornar o predicado ‘existe’, tal como usado no contexto de predicações singulares de existência ou não-existência, num predicado que é verdadeiro de tudo (e o seu complemento relativo, ‘não existe’, num predicado que é falso de tudo). Por outras palavras, ‘Tudo existe’ ( $\forall x \exists y x=y$ ) é verdadeira em todas as interpretações e ‘Há coisas que não existem’ é falsa em todas as interpretações. A noção não permite assim objectos (valores de variáveis) não-existentes
- O nosso argumento depende da seguinte tese semântica como premissa
  - **Tese da Rigidez Obstinada**. Nomes próprios (e também indexicais) são designadores obstinadamente rígidos.
- Esta tese significa o seguinte. Suponhamos que num dado contexto de uso um nome designa um determinado objecto. Então o nome designará esse mesmo objecto relativamente a todo e qualquer ponto de avaliação (tempo, mundo

possível) de frases nas quais o nome ocorra, incluindo aqueles pontos de avaliação nos quais tal objecto não existe. Assim, supondo que o meu uso presente do nome ‘Hitler’ se refere ao ditador nazi, então referir-se-à a essa mesma pessoa relativamente a qualquer ocasião ou situação; em particular, se eu usar o nome ‘Hitler’ para descrever uma situação contrafactual (melhor) onde Hitler não existe, por exemplo através de uma frase como ‘Hitler poderia nunca ter nascido’, estou-me ainda a referir a Hitler

- Vamos supor que a tese da rigidez obstinada é correcta e consideremos, a título de exemplo, a frase

**(7) Durão Barroso não existia (em 1917)**

- Suponhamos que afirmo (7) agora. Há dois tempos aqui envolvidos: o tempo da elocução, o qual é por hipótese o momento presente; e o tempo da avaliação, a ocasião relativamente à qual a frase ‘Durão Barroso não existe’ deve ser avaliada, o qual é por hipótese o ano de 1917. É crucial notar que, apesar de Durão não existir no tempo de avaliação, ele existe no entanto no tempo da elocução
- O raciocínio crucial é agora o seguinte. A semântica usual para frases do género em questão reza que (7) é verdadeira (agora, com respeito ao presente) se e só se a frase ‘Durão não existe’ é verdadeira relativamente ao ano de 1917. Pela tese da rigidez obstinada, ‘Durão’ é um designador rígido de Durão e assim designa Durão relativamente ao ano de 1917. Assim, se ‘Durão não existe’ é verdadeira relativamente ao ano de 1917, então há algo que o nome ‘Durão’ designa, nomeadamente Durão, e que não existe em 1917. Resumindo, se (7) é verdadeira então há algo que é referido pelo seu termo-sujeito e que não existe. Ora, este resultado não é nada senão um caso particular da Premissa 1 do argumento para a Barba que examinámos antes: para que uma predicação singular de não-existência seja verdadeira, é preciso que o seu termo-sujeito nomeie algo
- Estaremos assim comprometidos com pessoas não-existentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Como há dois tempos aqui envolvidos, é preciso relativizar a existência a esse tempos com algum cuidado. Aquilo com o qual estamos comprometidos no tempo da elocução, o presente, não é com uma pessoa inexistente na ocasião da elocução (Durão existe agora), mas com uma pessoa inexistente numa certa ocasião passada (com respeito ao tempo da elocução).

- Um raciocínio semelhante poderia ser executado para o caso de (8) e generalizado a contextos modais ((10)). Os outros casos, o da referência a objectos passados (6), o da referência a objectos futuros (9) e o da referência a meros possibilia, requerem um tratamento diferente o qual não pode ser aqui dado. Todavia, a classe de casos considerada é suficiente para exhibir uma versão da Barba que pode ser casada com a doutrina lógica de que não há coisas que não existem